

História da energia em São Paulo a partir de processos trabalhistas de indenização - Fundo Eletropaulo

Celso Antonio Sobral
Débora Nachmanowicz de Lima
Luís Octávio Faustino Dias Brandão
Renato Eidi Nagase

1. Apresentação e Exposição do tema:

Propomos, neste trabalho, partir de fontes documentais primárias representadas por processos trabalhistas oriundos do Fundo Eletropaulo e pertencentes ao acervo da Fundação Patrimônio Histórico da Energia e Saneamento para levantar questões sobre as relações do trabalhador com a empresa, a justiça, a saúde, a segurança no trabalho e a própria sociedade em geral, implicando também em uma pesquisa bibliográfica complementar.

O recorte foi definido pela própria documentação, que se restringe a alguns processos entre os anos de 1949 e 1966.

Optamos por destacar algumas questões, dentre as muitas sugeridas pela documentação composta por documentos como relatórios de acidentes, correspondência de diretoria, formulários jurídicos, publicações, bilhetes, anotações, consultas informais e manuscritos:

- Origem da documentação e criação da Fundação Energia e Saneamento;
- História da energia em São Paulo – da Light à Eletropaulo;
- Legislação trabalhista;
- Segurança do trabalho e acidentes;
- Saúde e doenças profissionais:
 - Tuberculose – a mais comum.

2. Metodologia:

Classificamos nossa pesquisa considerando as formas clássicas apontadas no trabalho *Metodologia da Pesquisa e Elaboração de Dissertação*¹.

Quanto à *natureza*, trata-se de uma *Pesquisa Básica* – objetiva gerar conhecimentos, sem aplicação prática prevista.

Quanto à *abordagem* do problema, embora utilizando tabulação de informações, consideramos tratar-se de uma *Pesquisa Qualitativa* – não requer o uso de métodos e técnicas estatísticas.

Com relação aos *objetivos*, entendemos ser uma *Pesquisa Exploratória* – inclui levantamento documental e bibliográfico visando explicitar problemas ou construir hipóteses.

Do ponto de vista dos *procedimentos técnicos*, utilizamo-nos de uma *Pesquisa Documental*, apoiada por uma *Pesquisa Bibliográfica* sobre as questões envolvidas.

Quanto ao *método*, há uma preferência pela utilização do *Método Dialético* – os fatos são dinâmicos e considerados dentro de um contexto social, político, econômico, etc.

Seguem as etapas no desenvolvimento da pesquisa e elaboração dos trabalhos:

2.1. Contato com o acervo:

Verificação dos tipos de documentos, estado de conservação, organização, condições de acesso e normas de reprodução.

2.2. Análise do acervo:

Análise detalhada de casos em situações limites – mais antigo e mais recente, com vítima fatal, etc.

2.3. Pesquisa histórica:

Pesquisa sobre a história da empresa que formou o acervo – Light à Eletropaulo.

2.4. Análise “quantitativa”:

Mapeamento da documentação – elaboração de planilha identificando/agrupando informações/situações²; obtenção de fotos.

2.5. Pesquisa externa:

¹ SILVA e MENEZES, Edna Lucia da e Estera Muszkat, *Metodologia da Pesquisa e Elaboração de Dissertação*. Florianópolis: UFSC, 2001, pp.20-27.

² Anexo 1.

Pesquisa sobre locais, atividades, situações/doenças destacados pela identificação na etapa anterior.

2.6. Análise geral:

Cruzamento e análise das informações.

2.7. Síntese das informações:

Elaboração de conclusões.

2.8. Execução técnica do projeto:

Monografia e cartaz.

3. Dados históricos:

3.1. Fundação Patrimônio Histórico da Energia e Saneamento:

“Responsável pela guarda de 35 fundos e coleções, institucionais e pessoais, a Fundação vem desenvolvendo, desde sua criação em 1998, inúmeros projetos visando a organização do acervo. Totalizando aproximadamente 1500 metros lineares de documentos textuais, 254 mil imagens e 8 mil pranchas contendo documentos técnicos e cartográficos”³. O acervo abrange o período de meados do século XIX ao final do século XX e provêm de três grandes conjuntos recolhidos durante a criação da Fundação: Eletropaulo, Comgás e CESP, esta, resultado da fusão de onze empresas.

A Fundação conta hoje com as seguintes parcerias:

- CERPCH – Centro Nacional de Referência em Pequenos Aproveitamentos
- CemDpTec
- Centro de Monitoramento Ambiental da Serra do Itapety
- Comgás
- Departamento de História – FFLCH USP
- Emae
- Hidroenergéticos
- Instituto Ecológica
- Instituto Efort
- Unesp Rio Claro
- Unesp Rosana

Integram a Fundação, as unidades:

- Núcleo de Documentação e Pesquisa
- Museu da Energia de Itu
- Museu da Energia de Jundiaí
- Museu da Energia de São Paulo
- Usina-Parque do Corumbataí
- Usina-Parque de Salesópolis
- Usina-Parque do Jacaré
- Usina-Parque de São Valentim

³ FUNDAÇÃO ENERGIA E SANEAMENTO, *Guia da Documentação Arquivística*, In: www.fphesp.org.br/institucional/acervo/guia.shtm, p.5.

3.2. Empresas de Energia:

A história começa em 1899, com a fundação da *The São Paulo Railway, Light and Power, Company Ltd.*, com sede em Toronto, Canadá, com o objetivo de “monopolizar” todas as etapas de construção, produção e distribuição relacionadas à energia elétrica, qualquer que fosse a forma de geração da mesma (vapor, gás, hidráulica, mecânica, etc.).

O arrojo dos investidores pode ser entendido pelas linhas no jornal *Globe*, de Toronto, em março de 1902, falando sobre o Brasil: “A Constituição protege expressamente as pessoas, direitos e propriedades de estrangeiros, e tem sido uma característica marcante de sua administração uma orientação política inteligente e honrada para com os estrangeiros que investem nesta república.”⁴

De um monopólio no setor elétrico, a Light passa a controlar todo o setor da energia: “Em 1900, é comprada a Água e Luz. No ano seguinte, em 1901, é absorvida a viação Paulista e a Carris de Ferro São Paulo a Santo Amaro. Depois de quase três décadas de disputa jurídica e comercial, a Companhia de Gás é comprada pelo grupo controlador da Light em 1929.”⁵

Nas palavras do economista e professor da UNICAMP: “O Grupo Light foi uma criação típica da nova era capitalista, surgida entre meados do século passado e início da Primeira Guerra Mundial e caracterizada pela substituição da livre concorrência pelos monopólios, pela exportação maciça de capitais para os países coloniais e dependentes e pela formação de grandes empresas internacionais.”⁶

Já em 1924, quando do levante tenentista em São Paulo, “A São Paulo Light monopolizava, na época, o fornecimento de energia, o serviço de transporte urbano com os bondes, a iluminação da cidade, o serviço de telefone e também de gás, atingindo dessa maneira os mais diversos segmentos da sociedade.”⁷ Capítulo à parte, e que não será tratado neste trabalho, é a atuação da Light e da Companhia City na especulação imobiliária na cidade de São Paulo.

A hegemonia econômica por parte da Light e de outras empresas estrangeiras passa à esfera política, imbricando em relações empresa-estado que no dia-a-dia envolvem ministros, prefeitos e vereadores, gerando reações, sendo a mais emblemática a CPI contra

⁴ ELETROPAULO. *A instalação da Light: “Rico retorno”*. In: A cidade da Light 1899-1930 volume 1. São Paulo: Eletropaulo, 1990, p.172.

⁵ _____ . *A instalação da Light: “Rico retorno”*. In: A cidade da Light 1899-1930 volume 1. São Paulo: Eletropaulo, 1990, p.170.

⁶ SZMRECSÁNYI, Tamás. *A era dos trustes e cartéis*. In: A Chegada da Light, coleção História & Energia, nº1. São Paulo: Departamento de Patrimônio Histórico/Eletropaulo, 1986, p.6.

⁷ MESSINA, G.B. & FÁRIA, Nívia. *A Light sob fogo cruzado*. In: A Light e a Revolução de 24, coleção História & Energia, nº4. São Paulo: Departamento de Patrimônio Histórico/Eletropaulo, 1987, p.94.

a Light, em 1943. Aberta a partir de declarações do general Juarez Távora, ex-ministro da Agricultura, que acusava a empresa de infringir normas legais e contratuais, bem como apontava a existência de irregularidades administrativas. O parecer final da CPI confirmou as denúncias, sendo encaminhado ao executivo.⁸

De 1899 até hoje ocorreram alterações, cujas principais listamos abaixo:

- 1900 – início da atuação efetiva da empresa canadense, com o nome de *The São Paulo Tramway, Light And Power Company, Ltd.*
- 1951 – a empresa deixa de operar no transporte urbano (bondes elétricos) e passa a se chamar *São Paulo Light and Power Company, Ltd.*
- 1956 – um decreto federal nacionaliza a empresa que adquire a razão social *São Paulo Light S/A – Serviços de Eletricidade.*
- 1966 – é criada a CESP (Centrais Elétricas de São Paulo S.A.)⁹
- 1979 – acontece a venda da Eletropaulo para as *Centrais Elétricas Brasileiras S/A – ELETROBRAS.*
- 1981 – a *Eletropaulo – Eletricidade de São Paulo S/A* assume as operações da antiga Light no estado de São Paulo.
- 1998 – há uma privatização e divisão em quatro empresas, sendo uma delas a *Eletropaulo Metropolitana Eletricidade de São Paulo S/A.*
Ocorre neste ano a criação da Fundação Patrimônio Histórico da Energia e Saneamento, citada acima.¹⁰

Entre os muitos projetos desenvolvidos nesses quase cem anos de Light, destacamos o “Projeto da Serra”, ao longo das décadas de 30 a 70. É durante obras de expansão que ocorre o acidente (1949) que irá gerar o processo trabalhista mais antigo (1950) encontrado na documentação.

A Usina da Serra ou Usina Henry Borden, começou a ser planejada em 1924, após uma forte estiagem. Compõe-se de duas usinas: uma externa e outra interna que continuaria em funcionamento, caso a primeira fosse afetada por bombardeio.

O complexo Represa Billings, tubulação e usina, ganhou fama internacional pelo fato de em sua construção ter sido invertido o curso do Rio Pinheiros, para formar a represa e

⁸ MAGALHÃES GOMES, Francisco de Assis. *Nacionalistas intervêm na economia*. In: A Eletrificação no Brasil, coleção História & Energia, nº2. São Paulo: Departamento do Patrimônio Histórico/Eletropaulo, 1986, pp.16-19.

⁹ MARSIGLIA, Cecília. *S.A. Central Elétrica Rio Claro*. In: História da Energia Elétrica em São Paulo. São Paulo: 1986, pp.54-55.

¹⁰ FUNDAÇÃO ENERGIA E SANEAMENTO, *Guia da Documentação Arquivística*, In: www.fphesp.org.br/institucional/acervo/guia.shtm, p.48.

despejar as águas – via tubulação - mais de 700 metros abaixo, acionando as turbinas da Usina, em Cubatão.

No entanto, o uso do complexo para a produção de energia ocupa hoje um segundo plano em razão da utilização prioritária do reservatório “Billings” para o abastecimento público, decorrente do crescimento desordenado da Região Metropolitana.

3.3. Relações trabalhistas:

O Direito do Trabalho ou Direito Laboral é o conjunto de normas jurídicas que regem as relações entre empregados e empregadores e os direitos resultantes da condição jurídica dos trabalhadores. Estas normas, no Brasil, estão regidas pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), pela Constituição Federal e por várias Leis esparsas.

Segue breve cronologia do direito do trabalho no Brasil e de ações relacionadas à segurança no trabalho:¹¹

- 1912 – constituição da CBT (Confederação Brasileira do trabalho), durante o IV Congresso Operário Brasileiro
- 1918 - criação do Departamento Nacional do Trabalho
- 1930 – criação do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio
- 1939 – criação da Justiça do Trabalho
- 1940 - criadas as Delegacias Regionais do Trabalho (DRTs), antigas Inspetorias Regionais dos Estados da Federação, de 1932.
- 1941 – ABPA – Associação Brasileira para Prevenção de Acidentes, entidade privada mantida por entidades patronais
- 1943 – criação da Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT)
- 1944 – obrigação da existência de *comissões internas* para atuarem na prevenção de acidentes
- 1946, 1964 e 1989 – Leis regulando a greve
- 1949 – Lei do repouso semanal remunerado
- 1952 – “Serviço de Higiene e Segurança do Trabalho” nas DRTs, para fiscalização, com ênfase no trabalho educativo
- 1953 – instituição da Semana de Prevenção de Acidentes de Trabalho e regulamentação sobre a CIPA (Comissão Interna de Prevenção de Acidentes)
- 1960 – mudança de nome para Ministério do Trabalho e Previdência Social
- 1962 – Lei do 13º salário
- 1966, 1989, 1990 – Leis do FGTS
- 1972 – Lei do empregado doméstico
- 1973 – Lei do trabalho rural

¹¹ MAGRINI, Rui de Oliveira. *Novas Relações Trabalhistas de Segurança e Saúde do Trabalhador desenvolvidas no estado de São Paulo e no Brasil*, tese de doutorado em Sociologia. São Paulo: FFLCH, 1999, pp.1-5; site: <http://www.mte.gov.br/institucional/historia.asp>, acessado em maio de 2007; CESARINO JÚNIOR, A.F., *Higiene e Segurança do Trabalho no Brasil – Estudo Jurídico*. São Paulo: Federação das Indústrias do Estado de São Paulo, 1959, pp.104-106.

- 1976 – Lei do plano de alimentação do trabalhador
- 1985 – Lei do vale-transporte
- 1988 – nova Constituição Federal do Brasil
- 1990 – Lei do seguro-desemprego
- 1999 – mudança de nome para Ministério do Trabalho e Emprego

Nota-se nesta cronologia a presença constante da questão *acidentes de trabalho*.

Acidentes de trabalho são aqueles que acontecem no exercício do trabalho prestado à empresa e que provocam lesões corporais ou perturbações funcionais que podem resultar em morte ou na perda ou em redução, permanente ou temporária, das capacidades físicas ou mentais do trabalhador.

São também considerados acidentes de trabalho:

- Doenças profissionais provocadas pelo trabalho. Ex: problemas de coluna, audição, visão, etc;
- Doenças causadas pelas condições de trabalho. Ex: dermatoses causadas por cal e cimento ou problemas de respiração causados pela inalação de poeira, etc;
- Acidentes que acontecem na prestação de serviços, por ordem da empresa, fora do local de trabalho;
- Acidentes que acontecem em viagens a serviço da empresa;
- Acidentes que ocorram no trajeto entre a casa e o trabalho ou do trabalho para casa.

Em 1955, para citar como exemplo, os acidentes envolveram cerca de 7% dos empregados – 423 acidentes (3 fatais) para 6557 empregados.¹²

Existe, já em 1948, na Light, uma preocupação com acidentes, pela existência da CEPA – Comissão Especial de Prevenção de Acidentes que faz publicar um pequeno manual – *Normas de Segurança*. Trata-se da primeira comissão do gênero, no Brasil, precursora da atual CIPA.

Independentemente das iniciativas oficiais e empresariais, é importante destacar a existência, a partir de 1903, da Sociedade Beneficente dos Empregados da Light (SBEL).

Criada por iniciativa de um grupo de funcionários, tinha como finalidade prestar assistência médica, farmacêutica, jurídica e auxílio funerário a seus associados que, por volta de 1910, eram cerca de 400.

¹² *Annual Report 1955 – Personal Services Department, Medical Section*, São Paulo Light and Power Company, Limited.

Em 1911, a SBEL passou a ter uma Secção de Farmácia e, em 1917, uma Cooperativa. Em 1935, contava com um Instituto de Aposentadoria e, em 1954, com um Banco de Sangue.

3.4. Tuberculose:

Apesar de se terem registros de mais de seis mil anos, foi nos últimos cinquenta anos que a ciência pôde ajudar os doentes de uma forma mais efetiva devido a utilização do Raio X ou Abreugrafia que foi de fundamental importância.

A doença é causada por uma bactéria chamada bacilo de Kock, nome dado em homenagem ao bacteriologista alemão Robert Koch, que a descobriu em 1882.

Optamos por uma pesquisa mais detalhada sobre a doença pelo fato de ela aparecer em grande parte dos documentos estudados.

A pesquisa bibliográfica nos pôs frente a uma questão que estava muito além dos espaços do trabalho: ela envolvia toda a sociedade.

Também conhecida como *tísica* e com altos índices de mortalidade, a doença insere-se no cotidiano das grandes cidades brasileiras, exigindo ações públicas e privadas como a criação de órgãos específicos, sanatórios, campanhas nacionais de combate e prevenção, desenvolvimento de pesquisas e a criação da cadeira de *tisiologia*.

Foram necessários cerca de cem anos para que, no Brasil, a “doença romântica” fosse aceita como “mal social”¹³. Isso se deveu às estatísticas que desde o início do século XX comprovavam sua grande incidência nas classes populares.

Como acontece com todas as doenças transmissíveis, a tuberculose também sofre maior incidência em regiões com grande densidade demográfica.

Sem desconsiderar outros fatores, como serviços de saúde pública e saneamento básico, observa-se na cidade de São Paulo durante os anos de 1950, um salto na população, que vai de pouco mais de 2 milhões para mais de 3,5 milhões.¹⁴

Já em décadas anteriores a tuberculose mobilizava a sociedade brasileira, configurando-se como ameaça à saúde pública em função de seus altos índices de mortalidade. A obra *Floradas na Serra* (1939), da escritora paulista Dinah Silveira de Queiroz, teve como pano de fundo a tuberculose e o processo de tratamento da doença, sendo adaptado ao cinema em 1958.

Nas palavras do Dr. Aldo Villas Boas (1920): “A tuberculose era assim como um tabu. Nenhuma família admitia ter um caso de tuberculose, embora todas tivessem”¹⁵.

¹³ FERNANDES, Tânia M. Dias (coord.). *Memória da Tuberculose – acervo de depoimento*. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 1993, p.XIII.

¹⁴ Site: www.prefeitura.sp.gov.br/sempla/historico, acessado em maio de 2007.

¹⁵ FERNANDES, Tânia M. Dias (coord.). *Memória da Tuberculose – acervo de depoimentos*. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 1993, p.3.

4. Discussão:

Ao tomar ciência das limitações da documentação, pois esta é uma amostragem qualitativa dos processos, mas não sabemos o quanto representa do total e também da impossibilidade de se ter acesso aos dossiês dos trabalhadores para que pudéssemos cruzar as informações, desistimos de uma pesquisa quantitativa restrita às fontes primárias e optamos por buscar nessa documentação semelhanças que nos apontassem caminhos para uma pesquisa bibliográfica que, por sua vez, nos levasse às fontes secundárias e que nos permitissem realizar a proposta do trabalho: visualizar a história da produção e distribuição de energia e algumas de suas implicações dentro da sociedade, contida no recorte estabelecido pela documentação.

A documentação analisada constitui uma pequena amostragem de processos trabalhistas, como já foi dito, e que hoje, no Brasil, alcançam a casa de 2 milhões por ano.¹⁶

Vale ressaltar alguns casos:¹⁷

Não há ênfase na assistência dada pela empresa porque, embora se trate de doenças adquiridas no ambiente de trabalho, os processos são posteriores ao afastamento/demissão dos funcionários e, portanto, não estão ligadas a tratamento médico.

No caso 1, não consta se a ação foi movida pelo trabalhador - e depois tocada pelos beneficiários - ou se foi iniciada pelos beneficiários.

Constam nos casos 2 e 3 que a empresa deslocou os trabalhadores, talvez por motivo de queixa destes, para outras funções de menor esforço.

O caso 3 é o mais sintomático: tendo o trabalhador cumprido várias tarefas antes de demitir-se ou de ser demitido (não fica claro), tendo inclusive exercido posteriormente outro trabalho numa empresa transportadora - sendo desta também demitido. O funcionário alegou impossibilidade adquirida pelas quedas na Eletropaulo.

Da correspondência interna entre *departamentos*, jurídico, de pessoal, financeiro, médico, oficinas, etc, verificamos a preocupação em cumprir as exigências legais, as normas, as datas e as convocações. É bem verdade que isso deve ser obtido com o menor custo possível e sem alarde. Encontramos solicitações de auxílio pecuniário a funcionários afastados ou a familiares, feitas por *chefes* de oficina, as quais receberam retorno positivo, embora com valores sempre abaixo dos solicitados.

Essa necessidade de controle e justificativa é vista nos relatórios anuais enviados à matriz canadense, do qual temos um exemplo no *anexo 6*.

Um estudo feito pelo Prof. Antonio Carlos Bôa Nova a partir de depoimentos de ex-funcionários, nos ajuda a entender melhor as questões observadas na documentação e nos

¹⁶ Site: www.abmbrasil.com.br, acessado em maio de 2007.

¹⁷ Anexo 1, linhas 8, 17 e 22.

anima a tentar visualizar aspectos dessa história recente. Nas palavras de um dos entrevistados: “...Coisa de inglês: eles querem que V. [sic] trabalhe bem, barato e fiel à Empresa...”¹⁸.

Talvez seja difícil para nós que vivemos em meio à *tercerização*, compreendermos pessoas ligadas por décadas a uma mesma empresa onde, muitas vezes, trabalhou o pai e trabalha o filho. A Light das décadas de 50 e 60 não é a única *empresa mãe*, ou de caráter *paternalista*. Na fonte secundária citada acima é apontada também a IBM, e poderíamos acrescentar a Companhia Antártica Paulista, as Indústrias Reunidas Francisco Matarazzo e outras. A ênfase na questão da segurança do emprego, do recebimento em dia, do crédito na praça, do atendimento médico e da seriedade e da qualidade supera a questão salarial. Os percentuais de aumento de salário acompanhando e até superando os do custo de vida também nos ajudam a entender essa aparente *acomodação*.

Em outro depoimento no mesmo trabalho citado, lemos: “Não se briga, não se fala, o nome da Light não tem que sair no jornal...”¹⁹.

A Light quer boas relações com o público e com o privado, com o governo e com os empregados, parece querer dizer a documentação.

¹⁸ BÓA NOVA, Antonio Carlos. Da Light à Eletropaulo – Permanência e mudança na cultura de uma empresa. São Paulo: Escrituras Editora/USP-IEA, 2002, p.61.

¹⁹ Idem.

5. Conclusão:

Pensamos ter atingido a proposta inicial: buscar uma compreensão da realidade que envolveu a produção de energia no Brasil, priorizando a cidade de São Paulo e a atuação da Light no período das décadas de 50 e 60 do século XX.

Vimos a opção, desde o início do século, pela abertura, a nosso ver desmedida, ao capital estrangeiro, num contexto de modernidade representado pela energia elétrica, e de liberalismo econômico.

Vimos a expansão do monopólio da Light que sofre duras críticas do nacionalismo das décadas de 30 e 40, mas que nem por isso deixa de expandir-se.

Vimos a preocupação com a segurança do trabalho, tanto na esfera oficial quanto nas empresas. Aparece aqui o pioneirismo da Light, bastante compreensível por envolver trabalhos com altos riscos de acidentes que apresentam as grandes obras com suas barragens e demais instalações das usinas e com a eletricidade, tecnologia relativamente nova.

Vimos ainda o registro de doenças atribuídas ao ambiente e ao próprio trabalho em si, e as tentativas, em geral bem sucedidas, de se obter uma compensação monetária.

Vimos também, ao menos até a década de 1960, o estigma da tuberculose como praga social, que causava medo e vergonha, uma *AIDS* da época.

6. Fontes primárias:

Processos trabalhistas de indenização, In: Fundo Eletropaulo, 1950-1966.

Relatorio Annual 1955 – Departamento Juridico, São Paulo Light and Power Company Limited.

Annual Report 1955 – Personal Services Departament, São Paulo Light and Power Company, Limited.

Normas de Segurança, The São Paulo Tramway, Light and Power Co, Ltd., 1948.

Bibliografia

SILVA, Edna Lucia da e MENEZES, Estera Muszkat. *Metodologia da Pesquisa e Elaboração de Dissertação*, Florianópolis: UFSC, 2001.

FUNDAÇÃO ENERGIA E SANEAMENTO, *Guia da Documentação Arquivística*, In: www.fphesp.org.br/institucional/acervo/guia.shtm, Acessado em maio de 2007.

ELETROPAULO, *A instalação da Light: “Rico retorno”*. In: A cidade da Light 1899-1930 volume 1. São Paulo: Eletropaulo, 1990.

SZMRECSÁNYI, Tamás. *A era dos trustes e cartéis*. In: A chegada da Light, coleção História & Energia, nº1. São Paulo: Departamento de Patrimônio Histórico/Eletropaulo, 1986.

MAGALHÃES GOMES, Francisco de Assis. *Nacionalistas intervêm na economia*. In: A Eletrificação no Brasil, coleção História & Energia, nº2. São Paulo: Departamento de Patrimônio Histórico/Eletropaulo, 1986.

MESSINA, G.B. & FARIA, Nívia. *A Light sob fogo cruzado*. In: A Light e a Revolução de 24, coleção História & Energia, nº4. São Paulo: Departamento de Patrimônio Histórico/Eletropaulo, 1987.

MARSIGLIA, Cecília. *S.A. Central Elétrica Rio Claro*. In: História da Energia Elétrica em São Paulo. São Paulo: 1986.

MAGRINI, Rui de Oliveira. *Novas Relações Trabalhistas de Segurança e Saúde do Trabalhador desenvolvidas no estado de São Paulo e no Brasil*, tese de Doutorado em

Sociologia, São Paulo: Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas/FFLCH - USP, 1999.

CESARINO JÚNIOR, A.F., *Higiene e Segurança do Trabalho no Brasil – Estudo Jurídico*, São Paulo: Federação das Indústrias do Estado de São Paulo, 1959, pp.104-106.

FERNANDES, Tânia M. Dias (coord.). *Memória da Tuberculose – acervo de depoimentos*. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 1993.

BÔA NOVA, Antonio Carlos. *Da Light à Eletropaulo – Permanência e mudança na cultura de uma empresa*. São Paulo: Escrituras Editora/ USP - Instituto de Estudos Avançados, 2002.

<http://nev.incubadora.fapesp.br/portal/trabalhoerenda/direitotrabalhistas/acidentedetrabalho>, acessado em maio de 2007.

<http://www.abmbrasil.com.br>, acessado em maio de 2007.

<http://www.prefeitura.sp.gov.br/sempla/historico>, acessado em maio de 2007.

<http://www.mte.gov.br/institucional/historia.asp>, acessado em maio de 2007.

[Relatório Anual da Superintendência geral da Light do ano 1956]

Legal department

Civil cases

The number of civil cases being dealt with increases continuously. During the year a total of 1291 cases were under way against 816 in 1955. The principal ones were as follows:

- 1- A favourable decision was given by the court of 1st and 2nd instances regarding the claim of the owners of Bayeux lands with a value of CR\$ 36.000.000,00 the plaintiffs have appealed to the federal supreme court, but the result of further judgement is awaited with confidence.
- 2- The necessary official document has been extracted and sent to Rio in order to receive the amount judged in the company's favour in the action for the restitution of income tax for the year 1948 – CR\$ 10.713.129,40.
- 3- Restitution of additional tax in the amount of CR\$1.953.242,40 – The Federal Court of Appeal confirmed the sentence of 1st instance in favour of the Company.
- 4- The expropriation by the State of an area adjacent to the Guarapiranga dam for the water and Sewerage Department was judged in the lower court and the offer of CR\$268.000,00 was rejected, the price being fixed at CR\$804.827,60 which from the company's point of view is satisfactory. The State has appealed.
- 5- The state of Dr. Orêncio Vidigal which is claiming from the company the ownership of lands in the Pinheiral valley, having lost in the lower courts have appealed to the Federal Supreme Court.
- 6- A case of damages due to a personal personal accident caused by one of the company's trucks in which the plaintiff was claiming CR\$460.000,00 was settled out of court for CR\$170.000,00.

Criminal Cases

There were 58 criminal cases brought up in court against employees and outsiders for thefts, collisions, traffic accidents and electrocutions. Of the cases against employees one was cleared, eight concluded and three filed. Against outsiders five were concluded and ten filed. The remaining cases are still in process.

Powers of Attorney

For various purposes 174 powers of attorney were made out.

Legal assistance

In line with the company's policy of giving legal assistance to employees where this can be done without prejudice to working in the interest of the Company, the legal Department handled four cases in Court as well as attending to innumerable verbal consultations.

Tax Questions

In addition to the court actions relating to taxes, a great number of petitions and communications were prepared on the same subject mainly in the endeavour to establish the rights to exemptions from taxes which municipal and state authorities tried to collect.

Labour Court

In the labour courts 42 complaints were laid against the companies in addition to 56 under way from 1955; of these 9 were considered justified, seven not justified 8 were filed. To 6 cases carried over 1955 against employees accused of grave faults 4 more such cases were initiated this year. Two of these cases were filed and the remaining 8 are still under consideration.

Social Security

The action of the Pensions Bureau (CapFESP) against the company claiming for the difference in contributions resulting from new minimum salaries was settled. The company's point of view that contributions should only start 60 days after the publication of the law was approved. An action was filed in the name of 24 employees of the companies requesting exemption of contributions to the Pension Bureau of Transportation Employees (IAPETC).

Work Accidents

The Company continues to shoulder the responsibility for indemnities relating to insurance against work accidents. Legislation regarding the matter should be definitely clarified soon as actions against the Federal Government has been decided in 1st instance in favour of the Rio Company.

Real Estate

103 deeds referring to sale and purchase of properties were prepared.
